

MESTRAS E MESTRES PARA O SERTÃO: CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA¹

*Antonio Roberto Seixas da Cruz**

RESUMO — *Este estudo faz uma releitura da história da Escola Normal de Feira de Santana, expondo os motivos de sua criação e instalação, seus objetivos nos primeiros anos de existência, os métodos de ensino utilizados, o seu currículo e a relação pedagógica entre alunos(as) e professores(as) no cotidiano escolar. Para tal, levaram-se em consideração fatores históricos vividos pela Bahia e pelo Brasil dos anos vinte e trinta do século passado. Também são apresentados aspectos da história de Feira de Santana da década de 1930, período em que floresceu a Escola Normal dessa cidade. Para a tessitura deste trabalho, foram utilizados, como fontes documentais, jornais da época, documentos da própria Escola Normal em estudo e entrevistas com suas ex-alunas, dando-se ênfase às vozes destas últimas, protagonistas da construção de um dos capítulos importantes da história da educação feirense.*

PALAVRAS-CHAVE: *História da Educação; Escola Normal; Formação do professor.*

1 AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E EDUCACIONAIS NA ÉPOCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA

Em 14 de agosto de 1925, aprovou-se e sancionou-se a Lei 1846, proveniente dos esforços do então governador do Estado da Bahia, Francisco Góes Calmon, (1924 a 1928),

* Prof. Assistente (DEDU/UEFS) e da Faculdade Santíssimo Sacramento. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. E-mail: seixasecruz@uol.com.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação. Tel./Fax (75) 3224-8084 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: edu@uefs.br

auxiliado pelo educador baiano Anísio Teixeira, que era o Diretor Geral da Instrução Pública. A referida Lei tratou da reforma do ensino do Estado da Bahia.

Após a Proclamação da República (1889), a Lei n. 1 846 foi, segundo Tavares (1968, p. 49), “o primeiro instrumento legal básico para a implantação de um sistema educacional realmente novo e diferente do que havia sob o regime monárquico”. Essa Lei, além de promover reformas educacionais na Bahia, criou duas escolas normais no interior do Estado, uma delas destinada, posteriormente, a funcionar na cidade de Feira de Santana, com o nome de Escola Normal de Feira de Santana, foi inaugurada em 1º de junho de 1927, mas que só passou a funcionar em 10 de junho de 1927.

O Brasil passava então por um processo de profundas transformações econômicas, políticas e sociais. No campo econômico, houve o declínio das oligarquias, devido ao surgimento de novas forças sociais provenientes das mudanças sofridas pela base econômica, que abolira as relações de produção escravistas e abandonava, paulatinamente, o modelo agrário-exportador que, além de não corresponder às necessidades do capitalismo mundial, não mais respondia aos interesses da Nação emergente, que dava seus primeiros passos em direção à industrialização, ainda de forma embrionária.

Há, portanto, na década de 20, do século XX, um recrudescimento de reivindicações por parte das várias camadas sociais insatisfeitas, que atingiram desde o operariado até a burguesia. Nesse período aconteceram revoltas armadas, entre as quais destaca-se o Tenentismo. Teve lugar, também, a criação do Partido Comunista e a realização da Semana de Arte Moderna. Todos esses movimentos tinham um fundo em comum: a contestação e a oposição à velha ordem oligárquica latifundiária, o que desaguou na chamada Revolução de 1930.

As mudanças, citadas acima, vão influenciar setores da sociedade brasileira, entre os quais, a educação escolar, pois, até então, uma economia agrário-exportadora não exigia uma sociedade letrada. Apenas os filhos das famílias mais abastadas, com algumas exceções, tinham acesso a uma educação formal.

Esse período é efervescente e marcado por vertiginosas transformações, provocando em todo o Brasil reformas educacionais

que buscavam a melhoria do ensino brasileiro, cada uma segundo as especificidades de suas respectivas regiões.

Nesse momento histórico, o Brasil vivia um processo de industrialização, sobretudo na região Sudeste, que exigia um novo comportamento socioeconômico e um novo tipo de formação escolar. Conseqüentemente, essa questão deixou de ser assunto apenas para políticos e passou a figurar nas lutas dos “educadores de profissão”, diante da insuficiência da educação que mantinha analfabeta a maior parte da sociedade, que agora precisava ser minimamente preparada para atender às exigências da indústria.

Apesar de a realidade baiana ser diferente daquela da Região Sudeste, considerando-se que sua economia continuava sendo predominantemente agrária, a Bahia também tomou providências a fim de colocar o maior número possível de sua população na escola, como afirmou o então governador Góes Calmon, no ano de 1925:

[...] Em São Paulo, onde circunstâncias especiais criaram um ambiente de progresso geral, é possível que uma simples alfabetização seja o degrau indispensável, mas eficaz, para um desenvolvimento intelectual que marchará daí em diante, continuamente, auxiliado por mil e uma forças circundantes. É possível. No meio brasileiro do Norte, porém, a iniciação de um homem no jogo, mais ou menos complicado, das vinte seis letras do alfabeto e o conhecimento rudimentar da aritmética, da geografia e da história, fornecem-lhe, apenas, um instrumento cujo uso lhe não foi ensinado” (GOÉS CALMON apud TAVARES, 1968, p.53).

De acordo com a idéia do seu governador, a Bahia da década de 1920 não tinha a mesma necessidade que São Paulo para ampliar o processo de alfabetização. Não obstante, os governantes baianos buscavam instruir o maior número de crianças, para melhor servir à nação, o que fazia parte do projeto educacional brasileiro, pelo menos nos discursos da maioria dos políticos.

Foi no calor dessas transformações que se elaborou a Lei n. 1 846, aprovada em 14 de agosto de 1925², que tratou da reforma do ensino no Estado da Bahia, e foi responsável pela criação da Escola Normal de Feira de Santana, no governo de Francisco Marques de Góes Calmon. A Lei deu ênfase ao ensino primário, visto que apenas 20% da população baiana em idade escolar, naquele período, encontravam-se na escola.

A Lei n. 1 846 não se preocupou apenas com o ensino primário, definiu também mudanças para o ensino em seus diversos níveis: infantil, elementar, primário, complementar, normal, secundário, profissional e especial, em todos os aspectos: pedagógicos, administrativos e financeiros.

Fundamentada nas concepções de educação de Anísio Teixeira, a referida Lei, no seu Capítulo I, artigo 1º, dizia que o objetivo do ensino público no Estado da Bahia era: “Educar física, moral e intelectualmente o indivíduo, tornando-o apto para a vida em sociedade”.

O processo de ampliação do ensino na Bahia pode ser entendido no âmbito do que se denominou, no Brasil, de “entusiasmo pedagógico”. No momento, vivia-se a crença que, com aumento do número de escolas e a disseminação da educação escolar, se chegaria ao progresso nacional. Atitude que possibilitaria colocar o Brasil no rol das grandes potências mundiais. Nesse mesmo viés, acreditava-se, também, que seria possível, através de formulações doutrinárias sobre o processo de escolarização, dar uma formação eficaz aos cidadãos brasileiros.

A educação primária na zona rural do Estado da Bahia estava, em grande medida, nas mãos de leigos. Além do mais, o número de escolas desse nível de instrução não correspondia às necessidades da população baiana em idade escolar. Um trecho de uma matéria publicada no Jornal Folha do Norte confirma tal situação:

[...] É bem que saibamos não corresponder o número atual de escolas primárias às necessidades da alfabetização da vultuosa população infantil em todo o vasto território baiano. [...] A carência de escolas normais de estabelecimentos de ensino onde se

aprenda a ministrar conhecimentos imprescindíveis ao indivíduo neste século e no atual momento da civilização é evidente, é claríssima. (FOLHA DO NORTE, n. 1116, 1930, p. 1).

É nesse contexto que a Lei n. 1 846, que promoveu a reforma do ensino baiano, afirmava que a ação governamental seria:

[...] Sobretudo educativa, buscando exercitar nos meninos, os hábitos de observações e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento de pensamento e da expressão, guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidadas, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e ambiente [...] (NAGLE, 1974, p.212).

Como sinaliza o trecho transcrito, a preocupação dos governantes da Bahia dos anos vinte, principalmente a partir da reforma educacional de 1925, era dar uma formação geral para os escolares, visando uma educação mais ligada às humanidades, a fim de que as crianças pudessem melhor conhecer para, posteriormente, servir a nação brasileira emergente.

Esse objetivo continuou presente nas propostas dos governantes baianos, como pode ser visto no discurso do governador do Estado da Bahia - Juracy M. Magalhães, no ano de 1933, ao paraninfar a turma de formandos da Escola Normal de Feira de Santana. Seu discurso é bastante esclarecedor, quanto ao

papel definido para esta escola na educação do Sertão da Bahia, motivo que a fez crescer e se tornar importante e prestigiada.

No referido discurso, publicado no Folha do Norte, no dia 16 de dezembro de 1933, Juracy M. Magalhães afirmava que os deveres da escola, naquele momento, estavam sobremaneira acrescidos depois que a velha mentalidade da escola tradicional havia cedido lugar aos ensinamentos da Escola Nova, que Anísio Teixeira, mais apropriadamente, denominava de “progressista”; termo que expressava a mentalidade positivista tão arraigada na postura dos governantes, educadores e cientistas na sociedade brasileira daquela época.

O trabalho da professora e do professor havia se tornado mais complexo depois que a escola teve, na concepção de Anísio Teixeira, que passar a educar em vez de instruir. Sendo assim, cabia à escola formar indivíduos livres, em vez de formar homens dóceis; preparar um futuro incerto e desconhecido, em vez de transmitir um passado fixo e claro; ensinar a viver com mais inteligência, com mais tolerância, mais soberanamente e com maior felicidade, em vez de simplesmente repassar a cultura e o conteúdo de alguns manuais escolares.

Essa pretensão fica evidente em trechos do discurso das autoridades governamentais da época, como o seguinte:

Tendo se tornado singularmente ativa a Escola Nova, o trabalho do mestre, ‘ipso fato’, aumentou em obrigações de inteligência e dedicação. Com a evolução social do mundo muitas das obrigações que eram inerentes à família, ao meio social se transferiram para a escola que é hoje um lugar onde a criança vive plenamente e integralmente. Se assim é, o trabalho dos mestres tem que suprir o dos livros, que passou a ser mais de consulta. É preciso dar personalidade à criança não a considerando como autômata. (FOLHA DO NORTE, n. 1274, 1933, p. 4).

Em contrapartida a essa forma de proceder na escola, o governador Juracy Magalhães adverte sobre os perigos da

liberdade exacerbada:

[...] Mas é preciso fugir também do exagero da liberdade. Todos nós sentimos que a criança de nossos dias já não é tratada com o rigorismo do passado, onde o castigo físico era uma regra. É preciso deixar que a criança manifeste tendências preponderantes, mas é indispensável canalizá-las no sentido do bem coletivo (FOLHA DO NORTE, 1933, 1274, n. p. 4).

Nesses trechos de discursos, podemos perceber, em linhas gerais, os ideais e as propostas que povoavam a cabeça dos nossos governantes baianos nos anos 30, quanto à educação, o que teve conseqüências para a Escola Normal de Feira de Santana, considerada “escola modelo” para o sertão baiano. Também é possível perceber a contradição em que vivia a educação naquele momento, entre transformar ou conservar. No primeiro fragmento, o governante aponta para uma educação libertadora, capaz de tornar o indivíduo mais autônomo; no segundo fragmento, o governante coloca limites, quando afirma ser necessário “fugir do exagero da liberdade”, o que manteria, certamente, a ordem vigente.

Tal contradição reflete o contexto histórico em que estava mergulhado o Brasil, onde se gestavam elementos de uma nova sociedade, na qual a velha ordem debatia-se, moribunda, para não ser superada pela ordem que, passo a passo, vinha se estabelecendo e se tornando hegemônica.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA

A cidade de Feira de Santana nasceu, basicamente, das idas e vindas das tropas de burros que faziam intercâmbio comercial entre a capital e o interior, bem como da feira de animais bovinos. A esse respeito, Silva e Cruz (1977, p. 17) escrevem que:

As pernoites, as paradas transitórias de toda essa gente que, partindo do porto de Cachoeira, onde se abastecia dos vários gêneros de que necessitava, embrenhando-se pelos sertões, para de lá voltar trazendo outras mercadorias, que naquele porto seriam embarcadas, possibilitaram o início de uma feira que se formou tornando-se 'centro de permuta'. Com isto os pousos tornaram-se mais prolongados uma vez que muitos sertanejos faziam final do seu trajeto aqui, não indo até Cachoeira, isto é, preferiam esperar os intermediários daquela cidade, com eles aqui se encontrando. Por esta razão muita gente não só de Cachoeira, como do Sertão, deve ter fixado residência na Fazenda Santana dos Olhos D'Água. Surgiu assim o povoado. Era a primeira metade do século XVIII [...].

O crescimento do povoado e sua conseqüente transformação em vila fez com que, em 16 de junho de 1873, fosse emancipado, passando a ser denominado Cidade Comercial de Feira de Santana. Município que, em 1920, possuía uma população de 77 600 habitantes³, dos quais, 21% encontravam-se na zona urbana (16 296), 11%, na zona suburbana (8 536) e 68% na zona rural (52 768)⁴. O que denota que Feira de Santana ainda era uma cidade eminentemente rural.

Em 1940, Feira de Santana passou a ocupar o quinto lugar em população, entre os municípios do Estado, contando à época, com 83 268 habitantes.

Quanto à vida econômica do município de Feira de Santana, Poppino (1968, p. 12) afirma que a:

Atividade comercial verifica-se não somente pelo grande número e pela variedade de estabelecimentos comerciais localizados na cidade, como também pelo volume de negócios que se realizam na feira semanal. Conquanto a feira se instalasse, originalmente, para a venda ou troca de mercadorias produzidas dentro do município, em 1950 era conhecida em todo o nordeste do Brasil. Os compradores viajavam dos municípios circunvizinhos e da costa para a aquisição dos artigos produzidos em regiões distintas da Bahia e dos outros Estados.

Segundo o mesmo autor, a pecuária e a agricultura tiveram um papel fundamental na economia do município de Feira de Santana, com destaque para a pecuária que permaneceu bastante forte até 1950.

As lembranças das alunas falam também sobre a vida comercial da cidade nos anos 30. Uma delas, formada nesse mesmo ano, afirma que a feira-livre era um elemento importante na vida econômica de Feira de Santana, conforme o trecho da entrevista, a seguir:

A feira-livre era ali perto do mercado (Praça João Pedreira), hoje é o Mercado de artesanato.⁵ E ali era uma feira-livre linda e que eu fazia toda segunda-feira, eu fazia feira para levar mantimentos, porque nesse período não tinha supermercado. Só tinha ou os armazéns, mais ou menos, ou então a feira-livre, onde se achava de tudo. Era uma feira lindíssima! Tudo que se procurasse, ali tinha [...].

Uma professora, formada no ano de 1942, traz novos elementos sobre o cenário da cidade de Feira de Santana, na lembrança dos seus dez anos de idade:

Vinham aquelas boiadas para serem negociadas. E eu me lembro muito quando eu era criança de dez anos, por aí, nove dez anos, e passavam as boiadas assim pelas ruas, ali na Rua dos Remédios, e as boiadas às vezes passavam pelas ruas. E de vez em quando, acontecia escapar um boi, uma vaca, e era aquele pânico, fechavam-se as portas [...].

Quanto aos aspectos físicos e culturais da cidade, uma das ex-alunas da Escola Normal de Feira de Santana, formada em sua primeira turma, no ano de 1930, falou-nos de suas lembranças sobre a cidade entre 1920 e 1930:

Ah! Lindíssima! Uma tranquilidade! Umas avenidas lindas! O povo parecia uma família só. Todo mundo se conhecia, se tinha uma doença, estavam todos juntos! Se tinha uma alegria estavam todos juntos... Se nascia um filho, as amigas todas iam visitar. Tinha um aniversário ou uma missa todo mundo era convidado. E naquela cidade que pareciam todos irmãos.

Quanto às pessoas, a mesma depoente afirma que:

[...] Iam às casas visitar, passar a tarde, sentavam na porta para conversar. Antigamente então, lá na rua Conselheiro Franco, era a Rua Direita, ficavam as noites com as amigas mais íntimas, sentadas à porta, porque a Feira sempre foi quente, o dia sempre quente, mas com as noites agradáveis. E dizem que até hoje é assim. [...]. Mas então, aquelas noites agradáveis e a gente passava na porta, dia de lua cheia era aquela lua lindíssima, porque não tinha prédio, apartamento, tudo calmo. Então descortinava aquele luar lindo!

As imagens que as ex-alunas guardam da cidade são sempre muito positivas, conforme revela este depoimento de uma egressa no ano de 1943, referindo-se a Feira de Santana dos anos trinta e quarenta:

Era muito gostosa! Quer dizer, eu não sou muito saudosista. Mas, me recordo muito, sabe por quê? Porque a gente se dava com todo mundo. Eu sabia todo mundo onde morava. Eu ia para escola com nove anos de idade, sozinha. Não tinha perigo não é? A escola era na Rua Senhor dos Passos, eu morava na Praça da Matriz. Eu ia sozinha com duas colegas que moravam vizinhas.

Assim, Feira de Santana, na década de quarenta, mantinha as características de uma cidade pequena, onde havia um alto grau de proximidade entre as pessoas que residiam na sede do Município, mais especificamente na parte central da cidade.

Vivia-se ali, segundo os depoimentos, uma relação “familiar”, de tranquilidade e segurança para todos: adultos e crianças.

Quanto à vida cultural de Feira de Santana, nesse período, uma depoente, formada em 1943, disse o seguinte:

Aqui era muito animado, porque tinha a Micareta (carnaval fora de época), desde trinta e sete, então a Micareta era uma festa maravilhosa, mais de rua do que de clube, porque só tinham a Euterpe e a Vitória [clubes existentes em Feira de Santana naquele período] [...]. Mas era uma festa na rua. Então eram bem animados. Agora, depois foi a Segunda Guerra Mundial, aí foi uma verdadeira animação, eram dois mil homens nessa terra. Para dançar, era dança, era festa que a gente ia [...]. Cinema, eu ia em cinema todo dia.

Boaventura, em matéria publicada no jornal A Tarde, sobre Feira de Santana, intitulada: “Caminhos do Gado e Outros Caminhos”, faz uma síntese do que era esta cidade, no período que nos propusemos a estudar:

Numa cidade como Feira, importa e muito considerá-la como consciência. Consciência do que se faz ou do que se sente, do que se realiza ou do que se constrói. Dentro dessa linha sugestiva, a cultura há de ser encarada como manifestação comunitária dos modos de viver, de produzir, de ser e de querer. E cultura é o que acrescentamos com o nosso trabalho, com as nossas mãos e com as nossas mentes, criando gado, plantando árvores, trocando bens e produtos, industrializando matérias-primas e insumos. Parece ser a concepção que se ajusta ao modo de ser dessa dinâmica comunidade.

Foi nesse quadro histórico-social que surgiu a Escola Normal de Feira de Santana. As razões para a escolha desta cidade como o local apropriado para ter uma Escola Normal é o assunto de que trataremos em seguida.

3 UMA ESCOLA NORMAL PARA FEIRA DE SANTANA

Baseado no perfil da cidade de Feira de Santana, o então Governador, Francisco Marques de Góes Calmon, resolveu destinar-lhe uma Escola Normal, medida que foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, de 29 de janeiro de 1926, com o seguinte teor: “O Governador do Estado da Bahia, no uso de sua atribuição resolve localizar uma das escolas normais criadas pela Lei n. 1 846 de 14 de agosto de 1925, na cidade de Feira de Santana”.

Segundo os jornais da época, em especial, o Folha do Norte, o governo tinha muitos motivos para instalar uma escola normal em Feira de Santana. Em primeiro lugar, estava a importância que essa cidade representava para as cidades circunvizinhas. Via-se nela um centro de irradiação comercial e cultural, para onde pessoas advindas das diversas localidades acorriam com o intuito de buscar os serviços educacionais inexistentes em seus municípios e em vista da dificuldade de acesso à capital. Esta realidade pode ser percebida neste trecho de reportagem:

Em contato com as diversas comunas circunjacentes, com as quais se ela mercê de rodovias que da urbis feirense se dispartem ou para ela convergem, cabe-lhe o papel de divulgadora das idéias novas, dos momentosos problemas que agitam os espíritos esclarecidos, entre os quais preeminam os que se relacionam com a instrução popular e, digamos também, o ensino agrícola de par com o cooperativismo de crédito rural (FOLHA DO NORTE, n. 933, 1927, p. 1).

Em segundo lugar, dados estatísticos revelavam que parte das escolas rurais que o Estado possuía naquele período estava confiada a leigos, o que representava um obstáculo ao desenvolvimento da educação no Estado da Bahia⁶. Por essa razão, um dos objetivos fundamentais da Escola Normal de Feira de Santana era formar mestras e mestres para alfabetizar as populações rurais do Município e dos municípios circunvizinhos,

o que pode ser confirmado no texto a seguir: [...] Aparelhamento indispensável à derrama de educadores, de que tanto havemos mister para alfabetização das populações rurais que a urbis se vem a tornar centro e núcleo de irradiação intelectual [...] (FOLHA DO NORTE, 1927, p. 1).

Em terceiro lugar, a criação da Escola Normal de Feira de Santana justificava-se pela carência de estabelecimentos de ensino, importantes para a divulgação de conhecimentos imprescindíveis à formação do patriota, comprometido com a defesa e o progresso da nação.

3.1 A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA

A criação da Escola Normal de Feira de Santana deu-se em 14 de agosto de 1925, foi inaugurada, como afirmado anteriormente, em 1º de junho de 1927, passando a funcionar em 10 de junho do mesmo ano.

A inauguração contou com a presença de autoridades e de diversos setores da sociedade: o titular da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado da Bahia; o corpo docente, já nomeado pelo Governo do Estado; o corpo discente selecionado para compor a primeira turma (com vinte e uma alunas, e mais dezenove alunos oriundos do extinto Grupo Escolar J.J. Seabra)⁷; do seu corpo administrativo e representantes de outros segmentos da sociedade. O momento inaugural foi festivo e obrigou o fechamento de todo o comércio feirense, assim como das repartições públicas. Da inauguração faz referência o livro de Ata da Congregação da Escola Normal, na qual se lê:

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de 1927, nesta cidade da Feira de Santana, no edifício do antigo “Grupo Escolar Dr. J.J. Seabra”⁸ realizou-se com a maior solenidade o ato da inauguração da Escola Normal da Feira de Santana, uma das criadas pelo Art. 119 da Lei do Ensino em vigor, n. 1 846, de 14 de agosto de 1925, localizada nesta cidade por Decreto de 27 de Janeiro de 1926 [...].⁹

Na área posterior da Escola Normal funcionava a Escola Anexa de Aplicação, originada da fusão do jardim de infância e das escolas elementares, já existentes em Feira de Santana, está explicitado na mesma Ata:

[...] Os docentes do curso complementar e escolas primárias do antigo Grupo Escolar Dr. J.J. Seabra, sessões estas que, em virtude da nova organização do estabelecimento, passam a constituir respectivamente o curso fundamental e a escola de aplicação anexa à Escola Normal da Feira de Santana.¹⁰

Muitas alunas da Escola Normal fizeram o curso primário ali mesmo, na Escola Anexa à Escola Normal, continuando seus estudos e formando-se em professora.

A Escola Anexa à Escola Normal funcionava como uma escola de aplicação onde as alunas-mestras realizavam suas observações e seus estágios, conforme afirma uma ex-aluna formada em 1942:

Eu me lembro que comecei na Escola Normal desde o primário, agora que estou me lembrando, porque tinha uma Escola Anexa à Escola Normal. Escola Anexa, e eu praticamente fiz o meu primário lá. As últimas séries do primário eu fiz lá na Escola Normal. Era uma escola onde os professorandos faziam seu estágio.

A existência de uma escola anexa à Escola Normal de Feira de Santana demonstra que esta instituição estava em sintonia com o que havia de mais moderno em termos educacionais no período de sua implantação, possibilitando que suas alunas e alunos se ambientassem com a prática docente desde o primeiro ano normal.

3.2 OS OBJETIVOS DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA

Conforme dissemos, a Escola Normal de Feira de Santana exerceu um papel fundamental para a região e para os interesses do país, conforme noticiou Jornal Folha do Norte: “Em parte, sua finalidade começa a positivar-se. A Feira de Santana está concorrendo para a solução deste outro problema: - dar mestras às crianças sertanejas” (FOLHA DO NORTE, 1930, p.1).

Esse era o objetivo perseguido pela Escola Normal, ou seja, formar mestras e mestres principalmente para atuarem no meio rural, pois, naquele tempo, o Brasil era um país agrícola, e Feira de Santana estava inserida nessa realidade, sua população, na grande maioria, encontrava-se na zona rural.

Em defesa do que a educação então pretendia, não era qualquer professor que a instituição se propunha formar e, sim, profissionais que amassem a profissão, abraçando-a como uma verdadeira vocação a ponto de não medirem esforços nem sacrifícios para realizar esse ideal, conforme explicitou o Professor Otto Schimidt, em discurso proferido por ocasião da formatura de 1934. Realça o orador que ser professor primário era uma ocupação adequada à mulher de quem se esperava, também, que exercesse, prioritariamente o papel de mãe e de esposa.

[...] E esse alguém já estudara a ‘tríplice função miraculosa’ e formidável em que se divide e diviniza o privilegiado ser de vós mulheres/mulher filha, mulher companheira, mulher mãe. [...] Mas este alguém esquecerá imperdoavelmente a modalidade em que mais perfeito se eleva o amor; o amor desinteressado, o amor patriotismo, o amor da mulher-mestra! [...] Lembrai-vos sempre de suas palavras, de que tantas vezes vos falei em aula - o segredo da felicidade se resume naquela tríade formosa que ele imaginou - a bondade, a alegria e o cumprimento dos deveres (FOLHA DO NORTE, n. 1324, 1934, p. 1).

O trecho em destaque caracteriza a atividade do professor como uma atividade difícil, que exigia dedicação, amor e até mesmo sacrifício. Diante disso, a mulher era considerada mais

adequada à função, por ser mais afeita ao sacrifício e ao amor desinteressado.

O Professor Otto Schmidt define mais claramente a situação, ao mostrar os requisitos que uma professora deveria possuir:

[...] Sem perulstrar o caminho do amor não podereis atingir o ideal de perfeição, na delicada trilha educacional que tomastes para a vossa rota nos dias futuros; só este amor pela vossa árdua profissão poderá banir as falhas tão freqüentemente encontradas nos vastos rincões do nosso Sertão [...] (OTTO SCHIMIDT).¹¹

Por essa colocação depreende-se que ser professor era então considerado muito mais um sacerdócio do que uma atividade profissional. Motivo que fazia a educação infantil ser considerada uma ocupação mais apropriada ao sexo feminino, argumento encontrado em vários discursos e documentos da Escola Normal de Feira de Santana, tanto na ocasião da formatura das primeiras turmas como ao longo da história da instituição.

Os dados da pesquisa confirmam que, na maioria dos casos, o magistério não foi colocado como uma profissão capaz de promover o sustento daqueles que o abraçavam e de suas famílias e, sim, como um caminho para a realização de uma vocação, como uma predestinação, como uma missão. Essa idéia foi fortalecida, à medida que as mulheres foram ocupando, paulatinamente, o campo do magistério primário. Esse modo de compreender a profissão encontrava exceção em alguns casos, quando a professora deveria assumir o seu próprio sustento e, muitas vezes, o da família.

O depoimento de uma das formandas do ano de 1934, em seu discurso de oradora oficial da turma, ao referir-se a um dos seus mestres, confirma a idéia do magistério como sacerdócio exercido com abnegação e sacrifício:

Viver, como vós, trinta e sete anos ininterruptos, de dedicação a um ideal, sem recompensas materiais, sem esperanças de prêmios humanos, a remar contra a corrente, roubando horas ao repouso legí-

timo, as alegrias do lar, no convívio sereno dos livros para honrar a carreira de Mestre, cômico e reto no cumprimento exato dos deveres, é belo, é nobre, é deveras encantador (FOLHA DO NORTE, n. 1324, 1934, p. 4).

Percebemos, nesse fragmento, o quanto o ideal de imolação de uma função, tida quase como sacerdotal, estava inculcado nas mulheres que obtiveram sua formação para o magistério na Escola Normal de Feira de Santana. Mesmo falando da vida de um professor, pode-se concluir que isso era o que se esperava do sexo feminino, considerando-se que elas constituíam o maior contingente do corpo discente e docente daquela casa de ensino.

Um outro objetivo da formação da professora, confirmado nas muitas edições do Folha do Norte, consiste na busca da formação cívica, da formação voltada para o patriotismo. Essa foi uma constante na vida cotidiana da Escola Normal, sobre tal questão uma ex-aluna, formada em 1945, afirmou: “Aluno do meu tempo sabia cantar o Hino Nacional perfeito! E, como professora, tinha um dia da semana para o aluno cantar [...]”.

O trecho seguinte revela, com clareza, o compromisso da Escola com a formação cívica:

A Escola Normal desta cidade, no cumprimento do programa de lições cívicas a seus alunos, vai comemorar solenemente a data de nossa liberdade política, para cuja assistência nos enviou convite, que agradecemos (FOLHA DO NORTE, n. 936, 1927, p. 1).

Nesse sentido, a escola mantinha um dia especial para o hasteamento da Bandeira Nacional, acompanhado do canto do Hino Nacional. Além disso, as datas cívicas eram amplamente comemoradas com atividades, a exemplo de desfiles do corpo discente pelas ruas da cidade. Essa atitude refletia o nacionalismo exacerbado, propagado pelos governantes daquele momento, tendo em vista fortalecer o sentimento de amor e de respeito dos brasileiros em relação a sua pátria, num período em que

as insatisfações sociais eram gritantes, e a ordem vinha sendo freqüentemente questionada.

3.3 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA

Os professores da Escola Normal de Feira de Santana seguiam o método tradicional de ensino, pelo que se colocavam à distância no relacionamento com seus alunos e, como disse uma das depoentes, formada em 1947, “sem dar lugar a congratulações entre professores e alunos”. Mantinham com os alunos uma relação extremamente profissional, a aproximação professor-aluno pressupunha, apenas, o trato de assuntos pertinentes às matérias dadas no curso.

Esse comportamento está bem claro na fala de uma de nossas entrevistadas, formada em 1942:

Os nossos professores foram assim, professores rigorosos! Eles não admitiam brincadeiras, era uma disciplina rígida. Nós todos sentados na sala de aula. Quando a professora entrava, todos nós nos levantávamos. Boa tarde! Todos os professores eram assim. Tivemos uma professora de Trabalhos Manuais, só na aula dela a gente conversava um pouquinho, porque era costurando, bordando, estas coisas assim, prendas.

Não obstante essa relação extremamente formal entre professor e aluno, as ex-alunas reconhecem o papel fundamental que a instituição exerceu em suas vidas. Reconhecem, também, os momentos felizes que lá passaram durante o processo de formação para o magistério. É o que declara uma professora formada por aquele instituto de ensino, em 1930:

Foi uma época muito bonita, em que realizei meu ideal de ser professora e dar gosto a meu pai mais minha mãe e minha família toda. E consegui também a amizade de todas as minha colegas, e até hoje quando eu sei que uma já faleceu me dói

muito, me da muita saudade porque foi o tempo em que eu vivi mais alegre na minha vida, foi o tempo da minha Escola Normal. Só vivia rindo e brincando, não pensava em nada a não ser estudar. Não tinha namorado. Tinha as colegas muito amigas, muito íntimas, então com a vida gostosa, muito gostosa!

Assim, na expressão dos relatos colhidos, através dos vestígios históricos encontrados em nossas pesquisas, há indícios de que, mesmo numa disciplina severa e rígida, a relação professor-aluno na Escola Normal de Feira de Santana se dava num clima de respeito entre professores(as) e alunos(as).

3.4 OS MÉTODOS UTILIZADOS PELA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O jornal Folha do Norte, no ano de 1934, traz matérias que demonstram o compromisso da Escola Normal com métodos educativos diferentes dos tradicionais:

Alistai-vos meus diletos professores nessa plêiade entusiasta que fecunda e realiza as idéias salvadoras de Alberto Torres, procurando reformar os vetustos erros agrícolas e do ensino que nos legaram infelizmente os nossos antepassados, com um ensino regional adequado! E tereis assim contribuído eficientemente, com tais práticas modernas, queira Deus produtivas, para a cobiçada independência do Brasil (FOLHA DO NORTE, n. 1324, 1934, 1 p. 1).

Ainda que a tendência dos professores daquela época fosse seguir métodos tradicionais, utilizavam-se, na Escola Normal de Feira de Santana, métodos, de certa forma, avançados que incluíam excursões e aulas de campo:

Pondo em prática os modernos processos de educação, o Sr. Professor Mendes de Aguiar, provector diretor da nossa Escola Normal, tem promovido uma série de excursões dos alunos daquele estabelecimento aos pontos onde possam colher conhecimentos de utilidade prática. [...]. Assim em começo do mês passado, o 2º ano do curso fundamental, sob a direção da professora D. Olga Mendes de Aguiar, efetuou além da excursão aos arredores da cidade, que a imprensa noticiou, mais uma visita a estação telegráfica local, sendo mestra e alunos gentilmente recebidas pela telegrafista auxiliar, que mostrou às visitantes os aparelhos de que tinham conhecimento e estudo simplesmente teórico (FOLHA DO NORTE, n. 1003, 1928, p. 1).

Além das excursões, as alunas tinham aulas práticas de técnicas agrícolas nos arredores da cidade, a fim de consolidar os conhecimentos adquiridos teoricamente na sala de aula, como foi registrado no Folha do Norte:

No domingo, 30 do mês passado as alunas do 1º e 2º ano do curso do professorado tiveram uma aula prática de agricultura na Fazenda Terra Branca, de propriedade da “Companhia Norte do Brasil” (...). Conduzidos ao campo, assistiram lavar-se a terra com o arado (...) (FOLHA DO NORTE, n. 1003, 1928, p. 1).

Uma das entrevistadas, formada em 1943, deu a entender, no seu depoimento, que os professores introduziam no ensino da Escola Normal alguns elementos inovadores da Escola Nova, buscando, sempre que possível, concatenar o teórico com o real:

Agora, com D. Esmeralda Brito eu nunca abri uma Geografia para estudar. Pela aula dela eu fazia prova. Era um ensino moderníssimo! Ela mandava a gente fazer planta, mandava fazer planta daqui de Feira de Santana, ela mandava fazer mapas de cor, o mapa do Brasil, o mapa da Bahia, então a gente tinha que fazer de cor [...].

Outra depoente, formada na turma de 1930, fala também da metodologia inovadora:

[...] A gente fazia mapas, mapas do Brasil, quer dizer, desenhava o mapa. [...] Então a gente fazia o mapa em casa, coloria, fazia os nomezinhos, e então ele dizia: Vamos viajar! Vamos sair de Feira de Santana, vamos não sei o quê [...].

Havia ainda uma preocupação muito grande com a escrita, com a ortografia, com a composição de narrativas, dissertações e descrições, segundo uma ex-aluna da Escola Normal, formada na turma de 1942:

Eu me lembro que nós fazíamos ditado, era uma coisa obrigatória. Fazíamos ditado de quinze a vinte linhas, [...] Era obrigado a fazer descrição, dissertação e narração. Então fazia todos os dias aquele ditado, depois corrigia os erros, assinalando assim, marcava embaixo da palavra errada, copiava a palavra certa, mandava-se copiar, cinco vezes, dez vezes cada palavra [...] A gente usava muito o dicionário, isso me ajudou a ampliar o vocabulário [...].

A metodologia, que se considera ativa, utilizada pela Escola Normal de Feira de Santana, de fato possuía, apenas aparentemente, um caráter inovador, o que estava de comum acordo com os interesses da Escola Nova que, mesmo trazendo algumas novidades, ainda estava recheada de uma pedagogia conservadora e representante dos interesses da classe dominante.

Podemos inferir, portanto, que não houve avanços nas metodologias utilizadas na formação das alunas da Escola Normal de Feira de Santana, que recebiam orientação, no cotidiano da escola, sob as bases conservadoras cujos pilares eram postos no saber inquestionável apresentado pelo professor ou pela professora, apesar de anúncios de novas técnicas de ensino.

3.5 ASPECTOS DO CURRÍCULO DA ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA NOS SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO

As disciplinas eram nominalmente as mesmas para a grade curricular das escolas normais do interior. Contudo, o artigo 121, da Lei n. 1 846, dava autonomia didática a cada escola, deixando a elaboração dos programas a cargo de cada instituição.

Oito anos após a sua criação, a Escola Normal foi transformada em Escola Normal Rural pelos motivos alegados pelo governador do Estado Juracy M. Magalhães, apoiando-se no argumento de que havia necessidade de se formar professores capazes de exercer o magistério primário, com eficiência, na zona rural. Então, em 24 de janeiro de 1935, a Escola Normal de Feira de Santana recebeu a denominação de Escola Normal Rural, segundo o Diário Oficial do Estado da Bahia daquela mesma data. A mudança visava criar uma escola que ministrasse ensino agrônômico geral e especializado em higiene rural, puericultura e enfermagem, sem prejuízo das ciências propriamente da educação.

O quadro de disciplinas que compunham a grade curricular da Escola Normal Rural de Feira de Santana demonstra uma carga muito forte em relação ao preparo das normalistas no campo das técnicas agrícolas. Todavia, no âmbito da prática pedagógica das professoras que entrevistamos, o que podemos perceber é que a proposta curricular do Curso Normal Rural resumia-se em dar informações sobre o trato com a agricultura, no intuito de possibilitar, às futuras mestras, condições para melhor entender o contexto em que viviam seus futuros alunos da zona rural de Feira de Santana e região.

A denominação de Escola Normal Rural permaneceu até o ano de 1949, quando foi substituída, através do Decreto 14 307, de 05 de março de 1949, por Escola Normal e Ginásio Estadual de Feira de Santana, em atendimento à Lei 130, de 14 de dezembro de 1948, que determinava a criação de cursos ginásiais nas cidades de Feira de Santana e Caetité sem, contudo, causar prejuízos ao ensino normal.

Segundo Barros e Almeida (2001, p. 14), “em 1962, atendendo proposta da Câmara de Vereadores, a Assembléia aprova lei,

sancionada pelo governador do Estado, Juracy Montenegro Magalhães (1959-1963), e a Escola Normal passa a denominar-se Instituto de Educação Gastão Guimarães”, denominação mantida até os tempos atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício aqui realizado foi no sentido de reconstituir historicamente o que se encontrava de forma fragmentada nas memórias das professoras que escolhemos como depoentes, bem como nas diversas fontes escritas acessadas, que serviram como peças imprescindíveis nesta montagem histórica. Cada “retalho” de memória contido nas fontes orais e escritas possibilitou uma idéia aproximada do que foram os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana.

Mesmo não tendo sido criada exclusivamente para formar mulheres para o exercício do magistério, tornou-se, na sua prática, uma escola com esse fim, uma vez que procurada basicamente por mulheres, porque essa era, naquele momento, uma atividade considerada feminina.

Nas representações sociais, a educação infantil era tida como uma função do sexo feminino, por supor-se ser ele dotado de natureza dócil e meiga. Esse aspecto foi confirmado nos muitos discursos proferidos nas formaturas da Escola Normal de Feira de Santana e nos diversos documentos consultados no processo de nossa pesquisa.

Para ilustrarmos a preocupação da Escola Normal de Feira de Santana em formar mestras para a educação infantil, resgatamos as palavras do professor Otto Schmidt, paraninfo da turma de formandos de 1934, qual figuravam homens, apesar de em uma minoria, e que se dirigiu em seu discurso exclusivamente às mulheres afirmando: “[...] Mas, este alguém esquecera imperdoavelmente a modalidade em que mais perfeito se eleva o amor; o amor desinteressado, o amor patriotismo, o amor da mulher mestra” (FOLHA DO NORTE, n. 1324, 1934).

Um outro aspecto, sempre ressaltado na formação dada pela Escola Normal de Feira de Santana, foi o cultivo de virtudes consideradas pelo imaginário social como sendo inatas

da mulher. A esse respeito, em outro trecho do mesmo discurso, há uma exortação para o cultivo de três atributos: “Lembraí-vos sempre das palavras, de que tantas vezes vos falei em aula - o segredo da felicidade se resume naquela tríade formosa - a bondade, a alegria e o cumprimento dos deveres”.

Nessa tríade, resume-se o que era esperado do comportamento da mulher daquela época. Os atributos que se refere estarão presentes em quase todas as descrições elaboradas pelas professoras ao término do curso (nos perfis publicados no *Jornal Folha do Norte*¹), com acréscimo de outros, como, o sacrifício, a resignação, a humildade, a modéstia, a amizade e o desejo de servir e a relação entre a maternagem e o ato de ensinar. Características intensamente veiculadas nas práticas pedagógicas dos professores fundadores da Escola Normal de Feira de Santana em seus primeiros anos de existência.

TEACHERS FOR THE HINTERLAND: CREATION AND FUNCTIONING OF THE TEACHING TRAINING SCHOOL IN FEIRA DE SANTANA

ABSTRACT — *This study brings the history of Teaching Training School at Feira de Santana, exposing the reasons of its creation and implantation, its goals in the first years of existence, its methods of teaching training used, its curriculum and pedagogic relations among pupils and teachers at the everyday school life. For this, it took into consideration historic factors experienced in Bahia and in Brasil during the XX century' decades (specifically the 20's and 30's) . It also presents the history of Feira de Santana during the 30's, period of the Teaching Training School's creation. For the elaboration of this work we used techniques such as historic documents, interviews with former students, given emphasis on their voices as they were the protagonists of the important chapters of Feira's educational history.*

KEY WORDS: *Education history; Teaching Training School; Teacher's formation.*

NOTAS

- ¹ Este artigo foi resultado da pesquisa realizada para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo título é: *Mestras no sertão: reconstruindo caminhos percorridos*, defendida em junho de 2000, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal da Bahia.
- ² Publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, terça-feira, em 18 de agosto de 1925.
- ³ Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XX, p. 228.
- ⁴ Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XX, p. 228.
- ⁵ Atualmente Mercado de Arte Popular
- ⁶ Jornal Folha do Norte, n. 1116, p. 1.
- ⁷ Anexado à Escola Normal e teve seu prédio ocupado por esta Instituição.
- ⁸ Localizado na Rua Direita, atual Rua Conselheiro Franco, onde funciona atualmente o Centro Universitário de Cultura e Arte, órgão ligado à Universidade Estadual de Feira de Santana.
- ⁹ Livro de Atas da Congregação da Escola Normal de Feira de Santana, 01.06.1927, p. 01.
- ¹⁰ Livro de Ata da Congregação da Escola Normal de Feira de Santana, Ata de Inauguração, em 01.06.1927, p. 01-02
- ¹¹ Discurso proferido na solenidade de formatura da Turma do ano de 1934 da Escola Normal de Feira de Santana, publicado no Jornal Folha do Norte, n. 1324, p. 4.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA de Normal de Feira Formou a Primeira Turma de Professoras. **Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 1 116, 06 de dezembro de 1930.

A FORMATURA Solene dos Professores de 1934. **Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 1 324, 01 de dezembro de 1934.

A SEMANA DA EDUCAÇÃO. **Folha do Norte**, Feira de Santana, n. 1003, 06 de outubro de 1928.

Sitentibus, Feira de Santana, n.31, p.143-168, jul./dez. 2004

BAHIA. Decreto n. 9 337, de 23 de janeiro de 1935. Transforma a Escola Normal da Feira em Escola Normal Rural. **Diário Oficial de Estado da Bahia**. Salvador, 24 de janeiro de 1935.

BAHIA. Lei n. 1 846, de 14 de Agosto de 1925. **Diário Oficial de Estado da Bahia**. Salvador, 18 de agosto de 1925.

BARROS, Maria Leda Ribeiro; ALMEIDA, Stela Borges de. Escola Normal de Feira de Santana: fonte para o estudo da história da educação. **Sitientibus**: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 24, p. 14, jan./jun. 2001)

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. O desenvolvimento educacional de Feira de Santana. **A Tarde**, Salvador, 28 de out. 1988.

CRUZ, Neide Almeida; SILVA Marília Queiroz. **50 anos de educação**. Feira de Santana, 1977.

DISCURSO do Interventor na Festa de colação de grau em Escola Normal. **Folha do Norte**. Feira de Santana, n. 1274, 16 de dezembro de 1933.

ESCOLA NORMAL. **Folha do Norte**, Feira de Santana, n. 932, 04 de junho de 1927.

ESCOLA NORMAL. **Folha do Norte**, Feira de Santana, n. 933, 11 de junho de 1927.

ESCOLA NORMAL: **Folha do Norte**, 2 de julho, Feira de Santana, n. 936, 25 de Junho de 1927.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1974.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

TAVARES, Luís Henrique. **Dois reformas da Educação na Bahia - 1895-1925**. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, 1968.